

Temor e controle social numa negra cidade

Esta é uma verdadeira prisão,  
sem muros nem grades  
e mais forte que qualquer construção, (...)  
Pois os muros, as grades, como já falei,  
são apenas simples construção' (Sales, 1994)" (p. 272).

O livro de Heleusa Câmara é um convite para ouvindo interessados em constatar o óbvio, 'para que prisão?', ali onde habita a diferença do detalhe entre caber e não caber em si.

## **temor e controle social numa negra cidade** | thiago rodrigues\*

Vera Malaguti Batista. *O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história*. Rio de Janeiro, Editora Revan, 2003, 270 pp.

Das ruelas, becos e servidões malcheirosas do Rio de Janeiro do século XIX emanava também o medo. A capital do Império tropical tinha pouco de européia, de civilizada, assemelhando-se mais a uma cidade africana na qual uma minoria branca submetia com a mesma energia com que temia sua população de negros. O desenho informe da cidade era, assim, como a tomada espacial da imperfeição, da insalubridade e barbárie. Esse é o cenário tecido por Vera Malaguti Batista para a apresentação de uma tragédia muito distinta do teatro romântico e de costumes que gracejava à época: uma

\* Professor e coordenador do curso de Relações Internacionais da Faculdade Santa Marcelina e pesquisador no Nu-Sol.

história do medo que os negros, escravos e forros, produziram na elite senhorial da Corte para construir o que Loïc Wacquant, chama no prefácio que assina, de uma “sociologia histórica da escravidão”. Uma história que olha para o Rio do século XIX objetivando o presente, já que o medo de ontem, segundo a autora, persiste hoje na mesma geografia, no mesmo tom de pele. O livro, produto de sua tese de doutorado, pretende-se, desse modo, uma *história do presente*, um perscrutar no que foi e no que ainda é nas relações sociais dessa cidade que avançou sobre pântanos e morros, dependendo e renegando suas conexões com a massa de negros sob a escravidão.

Ao anunciar uma análise em dois tempos, Malaguti objetiva traçar um elo entre o medo de outrora causado pelo negro escravo — indivíduo tido como violento, impudico e transmissor de doenças — e o de hoje nessa capital sempre vista como sitiada pelo tráfico e pela criminalidade vindos dos morros e periferias habitados pelos descendentes daqueles perigosos de outros tempos. No entanto, a busca de “uma história do medo na corte imperial e uma onda contemporânea de pânico na cidade” (p. 21) não se encerra em si, mas, ao contrário, abre espaço para uma hipótese ainda mais incisiva: a infusão do medo permanece como estratégia que torna possível a implantação de políticas autoritárias de controle social amplamente apoiadas pela população amedrontada no Rio de Janeiro do final do século XX e começos do XXI. O negro, decalcado na figura do pobre e vicioso, é um *outro* ameaçador e tanto mais perigoso porque vive próximo, ao lado, imiscuído na *sociedade sã*. Foram transplantados para trabalhar sob as mais duras condições e trouxeram consigo o perigo das enfermidades e da morte violenta. Na cidade feia imperial, de ruas tortuosas e escuras, eles eram uma ameaça intestina, cruel e apavorante. Na cidade maravilhosa, permanecem à esprei-

ta, vindos de outras vielas e becos, todos eles escuros, tortuosos, miseráveis.

Em meados da década de 1830, o “pavor negro” permanentemente alimentado pelos fantasmas da amotinação escrava, ganharam fôlego com o episódio da Revolta dos Malês, em Salvador, no final de janeiro de 1835. Na madrugada do dia 24 daquele mês, estourou uma revolta de negros, em sua maioria malês islamizados, que tomou as ruas da cidade. Ainda que controlada com rapidez, a insurgência negra contra a escravidão e a repressão ao culto maometano fez espalhar o pavor da sublevação total da maioria escravizada. Rondava a lembrança da revolução haitiana e sua degolação de senhores brancos pelos escravos insurretos. Assustava, também, a capacidade de organização demonstrada pelos malês, que incluía cartas e notas escritas em árabe e que davam conta do planejamento secreto e premeditado da violência contra os brancos. Malaguti resgata um dos vestígios da revolta malê por meio da tradução em anexo de um livro de orações — o “Livrinho Malê”— encontrado no pescoço de um dos escravos mortos naquela noite (pp. 231-250). Discurso vivo encontrado em um corpo sem vida, o Livrinho Malê é uma marca de como o islamismo pôde, ainda que despido dos rigores rituais da África de origem, operar como prática de resistência e de organização, deixando chocados e amedrontados os muitos analfabetos senhores de escravos.

A Revolta dos Malês tomou à distância a capital do Império, acionando paranóias e discursos alarmistas. O controle da população negra parecia, então, ser de máxima prioridade, a fim de que se evitasse um levante como aquele. O medo era já uma realidade para brancos constantemente à espera de envenenamentos, assassinatos, fugas e revoltas coletivas. Todavia, o episódio baiano agiu, para a autora, como um catalisador a arremeter

novas atitudes com relação à massa negra. Articularam-se, então, desde discursos abolicionistas humanitaristas, que identificavam na escravidão um mal a embrutecer os negros e o próprio projeto de nação brasileira moderna, civilizada e branca, até as mais imediatistas reivindicações por segurança pública. Em trecho contundente, a pesquisadora aponta como na mídia carioca do século XIX já emergiam as “idéias-força presentes até hoje nos discursos do medo” (p. 174): o *absurdo* da morte de brancos por negros, a necessidade de vistorias, *blitze* preventivas e revistas em negros transeuntes, a indignação com a *impunidade* aos criminosos, o apelo às tropas diante da ineficácia da polícia. Terrificante permanência dos discursos que é ponto fundamental da reflexão a que se propõe Vera Malaguti: o medo oligarca subsiste em elites amedrontadas.

O delinear do perigo negro propicia intervenções inéditas sobre a cidade, dando vazão ao nascimento nos trópicos de uma medicina social que se apresenta como força civilizadora a esquadrihar, planejar, localizar, prover de infra-estrutura a capital brasileira, com o intuito de afastá-la de Dacar, aproximando-a de Paris. Os movimentos do livro dedicados à emergência da medicina social no Brasil, sua ação sobre o espaço urbano e sua parceria com o discurso jurídico-penal são importantes por apontar um afloramento em terras brasileiras de estratégias de governo de novo tipo, afinadas e em sincronia ao que Michel Foucault identificou na Europa da passagem do século XVIII para o XIX (“Construindo o biopoder na periferia”, pp. 157-169). Dispositivos de controle social, chancelados por práticas sociais, que visaram, na sua versão tropical, negros escravos e libertos pobres, agentes a um só tempo de vícios morais, moléstias e violência. A pobreza incriminada como alvo. O combate ao crime como bastião da ordem, do pro-

gresso, da civilização. Para uma sociabilidade fundada em tais pressupostos, a repressão nunca é suficiente: “a polícia sempre é pouca”, afirma Malaguti, “nas sociedades violentamente hierarquizadas e verticais” (p. 182).

Nos morros cariocas do século XIX circulavam quilombolas armados. Nos do século XX e XXI circulam favelados armados. Durante o Império, as ruas insalubres da capital abrigavam corpos de escravos mortos, jogados à sarjeta pelos proprietários. Na cidade republicana, negros continuaram expostos sem vida até sua mais atual versão: traficantes e policiais pretos estirados à espera do rabeção. No Rio de hoje, “os traficantes-favelados apresentados ao deleite da mídia fazem parte do cenário vivo do teatro da escravidão” (p. 167).

A permanência do discurso do medo e da resoluta decisão em implorar por punição é uma constatação desconcertante que nos traz Malaguti. Após a leitura de *O medo na cidade do Rio de Janeiro*, fica à superfície que os pedidos de mais polícia, de redução da maioria penal, de guerra às drogas, de pena de morte e tantos outros que pululam têm procedências rastreáveis no começo vil da escravidão e do racismo. Nesse movimento há que se reparar que no Estado Penal de hoje não é só o “medo da elite” que grita com fúria; no Brasil da tolerância zero, as camadas baixas da população também fazem coro com as políticas repressivas, dando suporte aos discursos e práticas autoritários e olhando para o Estado, com semblante clemente, pedindo por mais *prisão*, menos *impunidade*, mais *segurança*. Se “o medo não é só uma consequência deplorável da radicalização da ordem econômica [mas] um projeto estético, que entra pelos olhos, pelos ouvidos e pelo coração” (p. 75), o destemor deve ser, quem sabe, um novo brado, um contra-posicionamento, uma outra atitude. Observados pelo medo estamos.